

AGV Solar VI Geradora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021.

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis	1
--	---

Demonstrações contábeis auditadas

Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	8



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

**Aos Acionistas e Diretores da
AGV Solar VI Geradora de Energia S.A.
Ouroeste – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da AGV Solar VI Geradora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AGV Solar VI Geradora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de outubro de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Samuel Viero Ricken
Contador CRC SC-030412/O-1

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	169	63
Investimentos em aplicações financeiras	4	10.082	6.434
Contas a receber de clientes	5	1.289	943
Contas a receber de partes relacionadas	6	-	1.208
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		49	7
Outros créditos		-	8
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		11.589	8.663
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Tributos diferidos		58	-
Outros créditos		105	-
Imobilizado, líquido	7	99.589	103.393
Intangível	8	59	78
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		99.811	103.471
TOTAL DO ATIVO		111.400	112.134

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

<u>PASSIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>CIRCULANTE</u>			
Fornecedores	9	379	481
Contas a pagar partes relacionadas (subarrendamento)	6	29	135
Imposto de renda e contribuição social a pagar		137	113
Outros tributos a pagar		40	52
Dividendos a pagar		40	-
Ressarcimento	12	2.626	-
Outras obrigações		8	8
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		3.259	789
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Contas a pagar partes relacionadas (subarrendamento)	6	2.555	2.385
Tributos diferidos		-	29
Provisão para desmobilização	11	5.654	5.590
Ressarcimento	12	239	-
Outras obrigações		36	-
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		8.484	8.004
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social subscrito e integralizado	13	101.419	102.919
Reservas legal e outras		492	4.820
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		1.959	-
Outros resultados abrangentes		(4.213)	(4.398)
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		99.657	103.341
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		111.400	112.134

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2021	2020
Receita líquida	14	8.333	14.047
Custo de produção e operação de energia	15	(5.605)	(8.471)
LUCRO BRUTO		2.728	5.576
Gerais e administrativas	16	(255)	(117)
Outras despesas operacionais		(10)	(3)
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(265)	(120)
Receitas financeiras		372	78
Despesas financeiras		(350)	(277)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	17	22	(199)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		2.485	5.257
Imposto de renda e contribuição social corrente		(469)	(467)
Imposto de renda e contribuição social diferido		88	(29)
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	18	(381)	(496)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.104	4.761

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2021	2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.104	4.761
Amortização de operações de hedge de fluxo de caixa	185	184
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	2.289	4.945

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital Social		Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital Subscrito	Capital a integralizar	Legal	Proposta de distribuição de dividendos adicionais			
Saldos em 31 de dezembro de 2019		102.849	-	149	2.762	(4.582)	-	101.177
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	4.761	4.761
Hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-	184	-	184
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(90)	(90)
Distribuição de dividendos complementares		-	-	-	(2.762)	-	-	(2.762)
Aumento de capital		70	-	-	-	-	-	70
Constituição de reserva legal		-	-	238	-	-	(238)	-
Dividendos adicionais propostos - excedente ao mínimo obrigatório		-	-	-	4.433	-	(4.433)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		102.919	-	387	4.433	(4.398)	-	103.341
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	2.104	2.104
Hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-	185	-	185
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(40)	(40)
Distribuição de dividendos complementares		-	-	-	(4.433)	-	-	(4.433)
Ajuste de capital		(1.500)	-	-	-	-	-	(1.500)
Constituição de reserva legal		-	-	105	-	-	(105)	-
Dividendos adicionais propostos - excedente ao mínimo obrigatório		-	-	-	1.959	-	(1.959)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13	101.419	-	492	1.959	(4.213)	-	99.657

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Atividades operacionais</u>		
Lucro líquido do exercício	2.104	4.761
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do semestre com o caixa das atividades operacionais</u>		
Depreciação e amortização	7 e 8 4.373	4.078
Amortização Hedge	185	184
Atualização da provisão para desmobilização	98	-
Juros sobre arrendamentos e alugueis	6 239	265
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	(314)	(27)
Baixa de ativo imobilizado	7 e 8 (368)	1.101
	6.317	10.362
<u>Varição de ativos e passivos operacionais</u>		
	3.275	(655)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	157	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	9.749	9.707
<u>Atividades de investimentos</u>		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	7 e 8 20	(894)
Partes relacionadas - investimentos	-	470
Aplicação (resgate) em investimentos de curto prazo	(3.490)	(6.407)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(3.470)	(6.831)
<u>Atividades de financiamentos:</u>		
Aumento de Capital	-	(2.597)
Redução de capital	(1.500)	-
Distribuição de dividendos complementares	(4.433)	-
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	6 (239)	(250)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(6.172)	(2.847)
<u>Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa</u>		
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	106	29
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	63	34
	169	63

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A AGV Solar VI Geradora de Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 26 de outubro de 2017 tem por objeto social de gerar e comercializar energia solar por meio de painéis fotovoltaicos, incluindo sua implementação e montagem. A Companhia é diretamente controlada pela AES Brasil Operações S.A. (“AES Operações”) e indiretamente pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

Sua sede fica localizada na Rodovia Percy Waldir Semegui (SP 543), Fazenda São João, s/n, lote 06, Zona Sul, Distrito de Arabá, CEP 15685-000 - Ouroeste/SP.

Em 18 de dezembro de 2017, a Controladora AES Operações obteve no 25º Leilão de Energia Nova A-4/2017 (“Leilão A-4”), o direito de comercializar, no mercado regulado, a energia a ser gerada por um complexo fotovoltaico com capacidade instalada de 94MWp (75 MWac), construído no município de Ouroeste Estado de São Paulo (“Planta AGV Solar” ou “AGV Solar”).

Em junho de 2018, a Planta AGV Solar obteve outorga na condição de Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Fotovoltaica, com 75 MW de capacidade instalada e 19,8 MWh de garantia física de energia.

A AGV Solar VI Geradora de Energia S.A. possui uma garantia física de 4,0 MWh de energia contratada por 20 anos, ao preço médio de R\$ 145,49/MWh, com reajuste anual pelo IPCA.

Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
	Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
25º LEN/2017	Distribuidoras	69.394	182,04	jan/21	dez/40	IPCA	Janeiro

Impactos do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações contábeis

O mundo ainda vive em cenário de pandemia, ocasionado pela propagação da COVID-19 e tem causado sérios impactos, provocando intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundialmente.

Na controladora da Companhia, no decorrer de 2020 foi criado o Comitê de Gestão de Riscos e Crise, liderado pela Diretoria de Tesouraria e Riscos, com o objetivo de avaliar, monitorar e aplicar todas as medidas necessárias pela garantia da segurança e redução máxima de riscos às pessoas e aos negócios. Nesse sentido, a Companhia mantém o acompanhamento para revisar e modificar seus planos à medida que as condições mudarem.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apurou impactos relevantes nos resultados financeiros e nas operações que possam comprometer a capacidade de seus projetos.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Em 19 de outubro de 2023, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações contábeis podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2021 com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

2.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3 Políticas contábeis e estimativas

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Instrumentos Financeiros

(a) Ativos financeiros

(a.1) Caixa e equivalente de caixa e investimentos de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica “investimentos de curto prazo”.

O caixa e equivalentes de caixa estão mensurados pelo custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

Os investimentos de curto prazo estão mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os juros e correção monetária, contratados nas aplicações financeiras, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve diferença significativa entre o valor das aplicações financeiras ajustado pelos juros e correção monetária e o seu valor justo, portanto não houve ganho ou perda apurado.

(b) Passivos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa nº 19, a Companhia classifica fornecedores como passivos financeiros avaliados à valor justo pelo custo amortizado.

3.2 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto devido é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

A administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requerem interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias existentes na data do balanço entre os valores contábeis e bases fiscais de ativos e passivos.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico aprovado pelos órgãos de Administração da Companhia.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.3 Reconhecimento da receita

(a) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal aplicado, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

3.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. Modificações nas estimativas são tratadas prospectivamente.

As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis são discutidas a seguir:

(a) Impostos

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de saída de recursos seja avaliada como provável.

O julgamento da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo de prejuízos fiscais não utilizados, que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

(b) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão descritos na nota explicativa nº 19.

(c) Provisão para desmobilização

A provisão para desmobilização, em contrapartida ao imobilizado, corresponde à expectativa de desembolso futuro para desmantelamento, demolição e todos os demais gastos associados à retirada de serviço de ativos de longo prazo.

3.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em, ou após 1º de janeiro de 2021, estão evidenciadas a seguir:

- Alterações ao CPC 06 (R2) | Arrendamentos

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada a Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

O CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

- Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento, mensuração e evidenciação: Reforma da taxa de referência de juros – Fase 2

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco.

As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros fluante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

A segunda fase da reforma não resultou em alterações materiais qualitativas ou quantitativas, uma vez que a Companhia detém uma quantidade limitada e imaterial de passivos e ativos financeiros atrelados a taxas de referências interbancárias.

a) **Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e suas subsidiárias no Brasil, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. A Companhia e suas subsidiárias pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Pronunciamentos novos ou alterados	Correlação IASB	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	IFRS 10 / IAS 28	Prover orientação para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 27 – Ativo imobilizado	IAS 16	Prover orientação para a contabilização de transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS – Ciclo 2018 - 2020	N/A	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	IAS 37	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	IAS 1	Fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis; e requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	IAS 12	Imposto diferido relacionado à ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 8	Introduz a definição de 'estimativa contábeis'	1º de janeiro de 2023
CPC 50 – Contratos de seguros	IFRS 17	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023

Até o momento não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

4 Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica “investimentos de curto prazo”.

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados pelo custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa (Numerário disponível)	169	63
Investimentos de curto prazo (CDB-DI)	10.082	6.434
Total	10.251	6.497

Em 31 de dezembro de 2021, os investimentos de curto prazo estão representados por operações com compromissadas e CDBs com liquidez diária e rentabilidade média de 97,42% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (92,35% em 31 de dezembro de 2020).

5 Contas a receber de clientes

Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD). Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo.

O critério utilizado pela Companhia para constituir PECLD é de análise individual de contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não constituiu PECLD, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores.

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo.

	2021	2020
CIRCULANTE		
Mercado de curto prazo (i)	-	943
Contratos de energia solares	1.289	-
Subtotal	1.289	943

- (i) As transações de energia no mercado de curto prazo (SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor causada por liminares de agentes que impedem a liquidação financeira do GSF. Com base em uma avaliação das garantias e histórico de recebimentos, a Companhia realizou uma análise deste contas a receber e concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, desta forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela companhia.

A Abertura do contas a receber de clientes por vencimento é como segue:

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total
		até 90 dias	mais de 90 dias	
CIRCULANTE				
Contratos de energia solares	-	1.289	-	1.289
Total	-	1.289	-	1.289

6 Partes relacionadas

	2021	2020
Ativo		
Venda de energia - AES Brasil Operações S.A	-	1.208
Total do ativo	-	1.208
Passivo		
Subarrendamento AES Brasil Operações S.A (i)	29	21
Dividendos a pagar AES Brasil Operações S.A	-	114
Subtotal circulante	29	135
Subarrendamento AES Brasil Operações S.A (i)	2.555	2.385
Subtotal não circulante	2.555	2.385
Total do passivo	2.584	2.520
Total do passivo	2.584	2.520
Resultado		
Faturamento de energia para revenda	69	365
Compra de energia para revenda	(69)	-
Total do resultado	-	365

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Refere-se ao contrato de arrendamento de terreno do Complexo Solar Ouroeste com sua controladora direta AES Brasil Operações S.A. O montante sublocado foi reconhecido no passivo circulante e não circulante, como partes relacionadas.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os administradores da Companhia são executivos do acionista controlador e por esse motivo seus honorários serão pagos pelo acionista.

6.1 Passivo arrendamento

A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno com sua controladora AES Brasil Operações S.A, no montante de R\$2.584 (R\$2.409 em 31 de dezembro de 2020). O terreno foi arrendado pelo prazo remanescente do contrato principal, com vigência até novembro de 2045. A Companhia reconhece o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhece um custo de amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A taxa de desconto utilizada é de 10,08% a.a. Além disso, foram considerados spread bancário, prazo dos contratos de arrendamentos, garantias oferecidas e projeção de inflação média de 3,95% a.a.

Para definição dos contratos a serem avaliados, a Companhia considerou os contratos de arrendamento com duração igual ou superior a 12 meses e contratos de arrendamento de arrendamento de valor relevante.

A movimentação do passivo de arrendamento, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Passivo de arrendamento	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.379
Ingressos de principal	20
Encargos financeiros	265
Pagamento	(255)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.409
Ingressos de principal	202
Encargos financeiros	239
Pagamento de encargos financeiros	(239)
Pagamento de principal	(27)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.584

O vencimento de futuros passivos de arrendamento são como segue:

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxo futuro	
CIRCULANTE	
2022	29
Subtotal	29
NÃO CIRCULANTE	
2023	32
2024	35
2025	39
2026	43
2027	47
Após 2027	2.359
Subtotal	2.555
Total	2.584

7 Imobilizado

A Companhia utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação será calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, quando o imobilizado estiver em operação que na avaliação da Companhia representa a vida útil dos bens.

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. A Companhia reconheceu ativos de direito de uso do terreno arrendado, com vida útil definida estimada de 30 anos e depreciados a uma taxa real média de 3,33%. Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de autorização, dos dois o menor.

A desmobilização é provisionada quando da conclusão da obra e confirmada a obrigação presente. Consiste no registro contábil do passivo não circulante em contrapartida ao imobilizado com valores que correspondem à expectativa de desembolso futuro para desmantelamento, demolição e todos os demais gastos associados à retirada de serviço de ativos de longo prazo dos Complexos solares. A provisão para desmantelamento será efetuada com base na estimativa desses custos apontados por uma consultoria externa, projetado até ao fim da vida útil do parque, nesse mesmo instante será definida a taxa de desconto a ser utilizada.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2021			2020
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,3%	1.081	(91)	990
Máquinas e equipamentos	3,6%	105.403	(9.179)	96.224
Imobilizado em serviço		106.484	(9.270)	97.214
Imobilizado em curso		-	-	11
Bens vinculados às concessão e autorizações		106.484	(9.270)	101.136
Direito de uso de terreno arrendado (i)	3,33%	2.650	(275)	2.375
Total Imobilizado		109.134	(9.545)	103.393

(i) A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. A Companhia reconheceu ativos de direitos de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 30 anos e depreciados a uma taxa média de 3,33%

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 31 dezembro de 2020 é como segue:

	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.081	-	-	-	1.081
Máquinas e equipamentos	105.058	-	365	(20)	105.403
Imobilizado em serviço	106.139	-	365	(20)	106.484
Imobilizado em curso (i)	-	(20)	-	20	-
Bens vinculados às concessão e autorizações	106.139	(20)	365	-	106.484
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	2.448	202	-	-	2.650
Subtotal	108.587	182	365	-	109.134
Depreciação/amort	(5.194)	(4.354)	3	-	(9.545)
Total Imobilizado	103.393	(4.172)	368	-	99.589

	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Adições	Baixas	Transferência	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	642	-	-	439	1.081
Máquinas e equipamentos	100.150	-	(1.101)	454	105.058
Em curso	-	893	-	(893)	-
Direito de uso de terreno arrendado	2.428	20	-	-	2.448
Subtotal	103.220	913	(1.101)	-	108.587
Depreciação	(1.118)	(4.090)	14	-	(5.194)
Total líquido	102.102	(3.177)	(1.087)	-	103.393

8 Intangível

Ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Esses intangíveis possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais de concessão, autorização, são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação a perda por redução do valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

(a) A composição do ativo intangível é a seguinte:

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2021			2020
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldos líquidos
Software e outros intangíveis em curso	20,0%	95	(36)	59
Total		95	(36)	59

(b) A movimentação do ativo intangível é a seguinte:

	Saldos em 31 de dezembro de 2020	Amortizações	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Outros intangíveis em curso	78	(19)	59
Total líquido	78	(19)	59

	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Amortizações	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Outros intangíveis em curso	80	(2)	78
Total líquido	80	(2)	78

9 Fornecedores

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2021 e 2020, referem-se, principalmente, ao provisionamento de contratos de prestação de serviço.

	2021	2020
Materiais e Serviços	269	409
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	108	68
Energia elétrica comprada para revenda	2	4
Total	379	481

10 IRPJ e CSLL a pagar

	2021	2020
Imposto de renda	91	72
Contribuição social	46	41
Subtotal circulante	137	113
IRPJ sobre Débitos Fiscais Diferidos	19	19
CSLL sobre Débitos Fiscais Diferidos	11	10
Subtotal não circulante	30	29
Total do passivo	167	142

11 Provisão para desmobilização

Refere-se à provisão para desmobilização em contrapartida ao imobilizado, correspondente à expectativa de desembolso futuro para desmantelamento, demolição e todos os demais gastos associados à retirada de serviço de ativos de longo prazo do Complexo Solares AGV. A provisão para

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

desmantelamento foi efetuada com base na estimativa desses custos através de uma consultoria externa. Em 31 de dezembro de 2021 o valor registrado é de R\$5.654. (R\$5.590 em 31 de dezembro de 2020).

	2021	2020
NÃO CIRCULANTE		
Provisão para desmobilização	5.654	5.590
Subtotal	5.654	5.590
Total do passivo	5.654	5.590

A variação da provisão para desmobilização de 2021 refere-se à atualização monetária, corrigida pelo índice. O complexo AGV possui prazo de 30 de junho de 2053 a uma taxa de 0,15% ao mês.

12 Ressarcimento

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas que operam contratos do LER 2010 e a CCEE e entre os contratos de Energia Nova entre o LEN 2011 (A-3) e as distribuidoras, estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia reflete o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços para o cliente. A contraprestação variável reflete o valor justo mais provável do ressarcimento, na qual não são esperados pela Companhia reversões significativas.

Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

Os ressarcimentos por desvios negativos de geração (abaixo da faixa de tolerância – 10%) serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorados a 115% do preço de venda vigente, para os parques do LER 2010 e o maior valor entre o PLD médio do ano e a receita fixa unitária para os parques do LEN 2011. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciados após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente, para os parques do LER 2010 e ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio e a receita fixa unitária para os parques do LEN 2011.

Os ressarcimentos dos parques solares do LER 2010 e LEN 2011 por desvios positivos de geração (acima da faixa de tolerância de 30% para o LER 2010 e para os parques do LEN 2011 30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte para o caso do LER 2010, e mensalmente a partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância para os parques do LEN 2011. Os Parques do LER 2010 são valorados a 70% do preço de venda vigente e os parques do LEN 2011 são valorados pelo PLD mensal, conforme expresso nos referidos contratos. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 30% de geração serão recebidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente para os parques do LER 2010. O primeiro quadriênio do LER 2010 se encerrou em agosto de 2017 e o LEN 2011 em dezembro de 2019.

A receita dos Parques Eólicos e Solares é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente. Os ativos e passivos do ressarcimento representam os desvios positivos e negativos, respectivamente, que serão liquidados de acordo com as regras mencionadas acima.

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021:

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Passivo circulante		
Conta de ressarcimento	2.626	-
Passivo não circulante		
Conta de ressarcimento	239	-
Total passivo	2.865	-

A movimentação do ressarcimento é como segue:

	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Provisão	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Passivo	-	(2.865)	(2.865)

13 Patrimônio líquido

A seguir está apresentada a composição acionária em milhares de ações:

	2021		2020	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Aes Brasil Operações S.A.	101.419	100	102.919	100
Total das ações ordinárias	101.419	100	102.919	100

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$101.419 (R\$102.919 em 31 de dezembro de 2020), em ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$0,01 (um centavo de real) cada.

Redução de capital

Em 08 de junho de 2021 foi aprovada pela administração em ata da assembleia geral extraordinária, a redução de capital social da Companhia no valor de R\$ 1.500.

13.1 Destinação do resultado

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	2.104	4.761
Constituição de reserva legal (5%)	(105)	(238)
Base para pagamento de dividendos	1.999	4.523
Destinação:		
Dividendos adicionais propostos	1.959	4.433
Dividendos mínimos obrigatórios (2%)	40	90
Total destinado	1.999	4.523

Em 29 de março de 2021, houve pagamento de dividendos adicionais propostos no valor de R\$ 4.433.

13.2 Reserva de lucro

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 2021, de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia constituiu uma reserva legal de R\$ 105 (R\$238 em 2020), através da transferência de 5% do lucro líquido anual, apurado nos seus livros societários. Foram preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social. A Companhia possui um montante de reserva legal em 31 de dezembro de 2021 de R\$492 (R\$387 em 31 de dezembro de 2020).

A reserva legal poderá ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

13.3 Outros Resultados Abrangentes

Com o objetivo de minimizar impactos negativos e obter cobertura de risco de câmbio na compra de painéis solares fotovoltaicos e inversores, em 2018 a Companhia contratou operações de compra de opções de moeda estrangeira, com contrapartes diferentes. A contratação destas operações não apresentou caráter especulativo.

O valor justo das opções foi calculado com base no Modelo Black Scholes de Precificação de Opções, o qual visa obter o preço justo das opções, envolvendo as seguintes variáveis: valor do ativo objeto, preço de exercício da opção, taxa de juros, prazo e volatilidade.

Na ocasião, ganhos ou perdas incorridas foram reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "outros resultados abrangentes".

14 Receita Líquida

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot ("mercado de curto prazo") ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

(c) Leilão de Energia de Reserva (LER)

A receita da Companhia é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Para as Companhias renováveis, os contratos de Energia de Reserva estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	2021		2020	
	MWh	R\$	MWh	R\$
Contratos de energia solares	52.352	8.614	-	-
Suprimento energia elétrica faturada partes relacionadas	642	69	69.259	14.267
Mercado de curto prazo	-	-	506	365
Receita operacional bruta	52.994	8.683	69.765	14.632
PIS e Cofins	-	(350)	-	(585)
Receita operacional líquida	52.994	8.333	69.765	14.047

15 Custo de produção e operação de energia

	2021	2020
Custo de produção e operação de energia		
Depreciação e amortização	(4.373)	(4.277)
Encargos de uso da rede elétrica	(936)	(724)
Serviços de terceiros	(408)	(542)
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	368	(1.088)
Seguros	(115)	-
Reembolso de seguradora (Sinistro)	303	(120)
Taxa de fiscalização - ANEEL	(123)	(101)
Compra de Energia - Curto prazo	(48)	(1.601)
Contratos com partes relacionadas	(69)	-
Material	(16)	(9)
Contribuições setoriais	(1)	(4)
Outros custos operacionais	(187)	(5)
Total	(5.605)	(8.471)

16 Gerais e Administrativas

	2021	2020
Gerais e Administrativas		
Material	-	(6)
Serviços de terceiros	(255)	(111)
Total	(255)	(117)

Estão inclusos em gerais e administrativas os desembolsos com serviços de terceiros contratados para atividades profissionais de auditoria externa, publicações legais, locação de equipamentos de informática, entre outros.

17 Resultado financeiro

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	314	78
Atualização monetária sobre créditos tributários	58	-
Subtotal	372	78
Despesas financeiras		
Juros sobre passivos de arrendamento (i)	(239)	(265)
Desp. c/ retirada de Operação (amortização ARO)	(98)	-
Outras despesas financeiras	(13)	(12)
Subtotal	(350)	(277)
Total Líquido	22	(199)

- (i) Para maiores detalhes sobre a natureza desses juros sobre passivos de arrendamento, vide nota explicativa nº 06.

18 Composição da base de cálculo e a conciliação do imposto de renda e contribuição social

A apuração do imposto de renda e da contribuição social dos Complexos AGV é feita com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

	Presumido			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	2021	2020	2021	2020
Receita operacional tributável	8.333	14.632	8.333	14.632
Alíquota lucro presumido	8%	8%	12%	12%
Lucro presumido	667	1.171	1.000	1.756
Outras receitas	372	78	372	78
Base de cálculo	1.039	1.249	1.372	1.834
Alíquota efetiva	25%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(260)	(187)	(123)	(165)
Desconto excedente a R\$ 240 ano	(80)	(101)	-	-
IRPJ e CSLL corrente	(306)	(297)	(163)	(170)
IRPJ e CSLL diferido	57	(19)	31	(10)
IRPJ e CSLL no resultado	(249)	(316)	(132)	(180)
Alíquota efetiva	-23,97%	-25,32%	-9,62%	-9,83%

19 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

19.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue.

	Mensuração do valor justo (i)	2021		2020		Categoria	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)							
Caixa e equivalentes de caixa	4	Nível 2	169	169	63	63	Custo amortizado
Investimento de curto prazo	4	Nível 2	10.082	10.082	6.434	6.434	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	5	Nível 2	1.289	1.289	943	943	Custo amortizado
Contas a receber de partes relacionadas	6	Nível 2	-	-	1.208	1.208	Custo amortizado
Total			11.540	11.540	8.648	8.648	
PASSIVO (Circulante e não circulante)							
Fornecedores	9	Nível 2	379	379	481	481	Custo amortizado
Contas a pagar partes relacionadas (subarrendamento)	6	Nível 2	2.584	2.584	2.406	2.406	Custo amortizado
Contas a pagar partes relacionadas (dividendos)	6	Nível 2	40	40	114	114	Custo amortizado
Ressarcimento	12	Nível 2	2.865	2.865	-	-	Custo amortizado
Total			3.003	3.003	3.001	3.001	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como valor justo por meio do resultado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas, as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

19.2 Hierarquia do valor justo

A mensuração dos instrumentos financeiros, demonstrada na nota acima, está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

- Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e,
- Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco com o nível 3.

19.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia conta com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e Compliance.

Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A diretoria de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia está exposta, definir padrões a

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

serem seguidos pela Companhia no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

É de responsabilidade do Conselho de Administração avaliar e deliberar sobre as questões de Gestão de Riscos estratégicos, incluindo aprovar e avaliar política e modelo de Gestão de Riscos.

A Diretoria exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos.

Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos estratégico, financeiro, compliance, tecnologia, operacional, mercado, legal, regulatório, ambiental e crédito.

A Diretoria também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas.

Controles Internos

A área de Controles Internos, que se reporta à Gerência de Controladoria, tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão dos processos e implementação de controles que mitiguem riscos e assim garantir a exatidão das demonstrações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e/ou políticas internas.

Auditoria Interna

A controladora da Companhia conta também com uma Gerência de Auditoria Interna atua em três segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação. O primeiro segmento avalia os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados, enquanto o terceiro avalia os controles de segurança da informação, todos em conformidade com a lei norte-americana *Sarbanes-Oxley*, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

A controladora da Companhia realiza anualmente uma autoavaliação de seu ambiente de controle com o objetivo de validar a efetividade dos controles-chave implementados para mitigar o risco de erros significativos nas demonstrações financeiras da Companhia. Em caso de identificação de pontos de melhoria, a Companhia elabora planos de ação, definindo prazos e responsabilidades. O resultado desta avaliação e o status dos planos de ação são periodicamente comunicados à Administração da Companhia, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho Fiscal. O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado de avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as informações contidas nas demonstrações financeiras e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades encontradas são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis dos processos, revisados pela área de Controles Internos, caso possuam impacto nas demonstrações financeiras, e sua implementação é devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos, se aplicável, e de Auditoria Interna. O plano de auditoria é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e os resultados das auditorias comunicados ao Comitê de Auditoria.

Ética e Compliance

A Companhia está comprometida em manter os mais altos padrões éticos e legais em todas as suas transações comerciais. Para tanto, potenciais parceiros de negócios são submetidos a um processo de análise e aprovação interna da Companhia, conduzido pela área de Ética e Compliance da Diretoria jurídica, cujo principal objetivo é “conhecer” os seus parceiros e avaliar os riscos trazidos pelas transações a serem analisadas.

A Companhia disponibiliza diversos meios para que qualquer pessoa possa reportar suspeitas de violações do Guia de Valores (Código de Conduta), Leis ou Políticas da companhia, tais como: o Departamento de Ética e Compliance da AES, por meio de seus membros ou por e-mail, assim como

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

por meio do AES *Helpline*, através da página na internet ou telefone. O AES *Helpline* está disponível 24 horas por dia / 7 dias por semana. Denúncias ao AES *Helpline* podem ser feitas anonimamente.

A Companhia ainda conta com uma Política de Não Retaliação contra aqueles que de boa-fé trouxerem ao conhecimento da companhia qualquer situação de não conformidade ou suspeita de violação de assuntos de Ética e Compliance.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e com base na conclusão do processo investigativo, medidas de remediação apropriadas - sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - serão tomadas tempestivamente. Se houver um eventual impacto material nas demonstrações contábeis, os dados gerados pelo processo investigativo serão devidamente informados à governança da Companhia, incluindo alta Administração e Conselho de Administração, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	169	63
Investimento de curto prazo	10.082	6.434
Contas a receber de clientes	1.289	943
Total	11.540	7.440

(a.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. As informações refletidas na tabela incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Saldos em 31 de dezembro de 2021	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	379	-	-	-	-
Contas a pagar partes relacionadas (arrendamento)	-	29	67	82	2.406
Total	379	29	67	82	2.406

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade. Por fim, vale destacar que eventuais alterações à legislação tributária não produzem efeitos imediatos, de modo que a Companhia não deve ser impactada no mesmo instante em que forem promovidas.

(c.2) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Companhia, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.

20 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui o seguinte compromisso contratual relevante não reconhecido nas demonstrações contábeis:

Posição em 31 de dezembro de 2021	2022	2023	2024	2025	2026	após 2026	Total	2020
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	100	100	100	100	100	2.710	3.212	3.143
Mordenização e manutenção	-	-	-	-	-	-	-	663
TUSDg - Elektro	1.296	1.296	1.296	1.296	1.296	34.996	41.477	29.936
Total	1.397	1.397	1.397	1.397	1.397	37.706	44.689	33.742

21 Informações Complementares ao Fluxo de Caixa

As principais transações que não impactam caixa e equivalentes de caixa da Companhia foram as seguintes:

	2021	2020
Direitos de uso do terreno arrendado	202	20
Total	202	20

22 Eventos Subsequentes

Em 03 de janeiro de 2022, a controladora direta AES Operações celebrou com o Itaú Unibanco S.A., um acordo de investimento por meio do qual subscreveu novas ações preferenciais emitidas pela Guiambê Solar Holding S.A. (“Guiambê Holding”) e integralizou R\$360.000 passando a deter participação de 23,41% de seu capital social.

A transação foi concluída em 06 de janeiro de 2022 e incluiu a contribuição, na Guiambê Holding, pela AES Operações, de sua participação na Ventus Holding de Energia Eólica Ltda., sociedade que compõe o Complexo Eólico Ventus, que controla as sociedades Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A., Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. e Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.; bem como sua participação nas sociedades AGV Solar IV Geradora de Energia S.A., AGV Solar V

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Geradora de Energia S.A. e AGV Solar VI Geradora de Energia S.A., que contemplam a segunda fase do Complexo Solar de Ouroeste.

Com isto, na presente data, a AGV VI passou a ser controlada direta de Guiambê Holding, e indireta de AES Operações.

Na mesma data, em 06 de janeiro de 2022, a AGV Solar VI Geradora de Energia S.A. aprovou o aumento de capital da companhia num total de R\$53.168 mediante a emissão de 53.168.356 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal ao preço de emissão R\$1,00 por ação.

23 Contingências

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2021 e 2020 contingências passivas com avaliação de risco de perda provável ou possível.

Carlos Pompermaier
Diretor

Sérgio Luiz da Silva
Diretor

Hugo Satoru Nagae
CRC 1SP329701/O-6